Correio do Cidadão | QUINTA-FEIRA 19 de Junho de 2025 - Edição nº 3672



MUNICIPIO DE ARARUNA ESTADO DO PARANÁ ermes de Campos Teixeira, nº 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

DECISÃO

Concorrência Eletrônica nº 004/2025

A Administração em razão do cumprimento do edital, item 2.4, deve observar o prazo

"2.4 Pedidos de informações, esclarecimentos e impugnações relativos ao edital, seus madelos, adendos e anexos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, pelo próprio Sistema Eletrônico de Licitação Bolsa Nacional de Compras — BNC., até 30 (treis) dias úteis antes do dato de obertura do certame, sendo que ao respostas serão divulgados no sitio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (treis) dias úteis, limitado ao último doi últi anterior à data da abertura do certame, sem identificar a proponente que deu origem à consulta."

Também deve se observar o que menciona o item 2.7 do edital:

Diante disto, o prazo para impugnações seria a data de 17/06/2025, com protocolo via plataforma eletrônica

A impugnação foi recebida via protocolo em data de 12/06/2025, dentro do prazo.

A empresa Impugnante alega que:

1) O item 7.5.3 "b" do edital estaria em desacordo com o entendimento do TCU, acórdão 1251/2022, eis que não há justificativa para exigência de atestados de capacidade técnica de 100% de obra semelhante ou jeual, sendo que conforme entendimento do TCU, tem como regra que "a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, para fins de atestar a capacidade técnico-operacional, deve guardar proporção com a dimensão e a complexidade do logito e recair, simultaneamente, sobre as parcelas de maior relevância e valor significativo. Como regra, os quantitativos mínimos exigidos não devem ultrapassar 50% do previsto no orçamento base, salvo em condições especiais e devidamente justificadas no processo de licitação";



MUNICIPIO DE ARARUNA ESTADO DO PARANÁ feito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

2) Ainda, que pelo TCU, Acórdão 470/2022, é irregular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao CREA, vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acevro Técnico (CAT) en nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionals competentes deve ser limitada da capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.

Requer esclarecimentos sobre a exigências constantes dos itens 7.5.3.1 alíneas "b" e "b.1", e que tais exigências restringem a participação de empresas e compromete a competividade, requerendo a alteração do edital.

(...)
28.2.2 fixação de quantitativos mínimos de serviços, para efeito de comprovação do copacidade técnico-operacional, em valores idênticos aos quantitativo totais previstos no orçamento base para execução desses serviços, em desacordo com a jurisprudência dessa Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 1.284/2003, 2.088/2004 e 2383/2007, todos do TCU-Plendrio, a qual estabelece, como regra, o teto de 50%, devidamente justificado;"

Também há a Sumula 263 do TCU:

"Para a comprovoção da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitado, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, è legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado."

Desta forma, a comissão de Licitação por sua Presidente, decide por receber a presente impugnação, para diante de todo o exposto, pelas razões de fato de direito caima aducidas, após análise dos itens constantes do edital em razão da noticia sobre o erro material, a pregoeira do edital, DECIDE pelo acolhimento da presente IMPUGNAÇÃO, e no mérito DA PROVIMENTO, para readequar os itens 7.5.3 "b" e 7.5.3.1 "b" e "b-1". Em set ratando de alteração do edital, conforme item 2.7 do próprio edital, será republicado com novo prazo para sessão de licitação.



MUNICIPIO DE ARARUNA ESTADO DO PARANÁ Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

Por fim, encaminhe-se a presente decisão à autoridade superior para sua apreciação final, devendo dar ciência a empresas participantes.

Concorrência Eletrônica nº 005/2025



MUNICIPIO DE ARARUNA ESTADO DO PARANÁ fermes de Campos Teixeira, nº 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRONICA nº 004/2025

RATIFICO nos termos do artigo 165, § 2º, da Lei 14.133/2021, a decisão a mim submetida, pelos próprios fundamentos, para os tramites necessários.

Por fim, para ciência da empresa impugnante.

Publique-se.

Araruna, 18 de junho de 2025.

edital, torna-se público que as emp

ORNECEDOR: LEIMAR FERNANDES DA COSTA CNPJ: 19.941.203/0001-00

FORNECEDOR: RODRIGO ALEANDRO MARANGON

Foram considerados habilitados para credenciamento até a presenta data

Gustavo França dos Santos Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

MUNICIPIO DE ARARUNA ESTADO DO PARANÁ Irmes de Campos Teixeira, nº 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

DECISÃO

A Administração em razão do cumprimento do edital, item 2.4, deve observar o prazo

"2.4 Pedidos de informações, esclarecimentos e impugnações relativos oo edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser apresentados oo Agente de Contratação, pelo próprio Sistema Eletrônico de Licitação Bolsa Nacional de Compras – BNC, até 03 (trés) dias úteis antes do data de abertura do certame, sendo que os respostas serão divulgadas no sitio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia últi unetiro à data da abertura do certame, sem identificar a proponente que deu origem à consulta."

Diante disto, o prazo para impugnações seria a data de 17/06/2025, com protocolo via

presa Impugnante alega que:

O item 7.5.3 "b" do edital estaria em desacordo com o entendimento do TCU, acórdio 1251/2022, eis que não há justificativa para exigência de atestados de capacidade teérica de 100% de obra semelhante ou igual, sendo que conforme entendimento do TCU, tem como regra que "a exigência de comprovação da execução de quantitativos minimos em obras ou serviços com caracteristicas semelhantes, para fins de atestar a capacidade técnico-operacional, deve guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto e recair, simultaneamente, sobre as parcelas de maior relevância e valor significativo. Como regra, os quantitativos mínimos exigidos não devem ultrapassar 50% do previsto no orçamento base, salvo em condições especiais e devidamente justificadas no processo de licitação";

A impugnação foi recebida via protocolo em data de 12/06/2025, dentro do prazo.

Também deve se observar o que menciona o item 2.7 do edital:

MUNICIPIO DE ARARUNA ESTADO DO PARANÁ eito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CNPJ 75.359.

2) Ainda, que pelo TCU, Acórdão 470/2022, é irregular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao CREA, vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) en nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais completentes deves er limitado à capacitação técnico-porfissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.

Requer esclarecimentos sobre a exigências constantes dos itens 7.5.3.1 alíneas "b" e "b-1", e que tais exigências restringem a participação de empresas e compromete a competividade, requerendo a alteração do edital.

"REPRESENTAÇÃO. RESTRIÇÃO À COMPETIVIDADE. CLÁUSULAS EXCESSIVAS PARA AFERIÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. MEDIDA CAUTELAR CONCEDIDA. ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. MONITORAMENTO.

(...)
28.2. fixação de quontitativos mínimos de serviços, para efeito de comprovação do copocidade técnico-operacional, em valores idênticos aos quantitativo totais previstos no orçamento base para execução desses serviços, em desacordo com a jurisprudência dessa Corte de Contas, a ceremplo dos Acródos 1284/2003.
2,088/2004 e 2383/2007, todos do TCU-Plenónio, a qual estabelece, como regra, o contra de Contación de Con

rara a comprovação da capacidade têcnico-operacional das licitantes, e desde que limitadas, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado."

Desta forma, a comissão de Licitação por sua Presidente, decide por receber a presente impugnação, para diante de todo o exposto, pelas razões de fato de direito actima aduzidas, após análise dos insers constantes do edital em razão da noticia sobre o erro material, a pregoeira do edital, DECIDE pelo acolhimento da presente IMPUGNAÇÃO, e no mérito DA PROVIMENTO, para readequar os itens 7.5.3 "b" e 7.5.3.1 "b" e "D". Em se tratando de alteração do edital, conforme item 2.7 do próprio edital, será republicado com novo prazo para sessão de licitação.



MUNICIPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

fim, encaminhe-se a presente decisão à autoridade superior para sua apreciação , devendo dar ciência a empresas participantes.

Araruna. 18 de junho de 2025



MUNICIPIO DE ARARUNA ESTADO DO PARANÁ ermes de Campos Teixeira, nº 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO

NCORRÊNCIA ELETRONICA nº 005/2025

RATIFICO nos termos do artigo 165, § 2º, da Lei 14.133/2021, a decisão a mim etida, pelos próprios fundamentos, para os tramites necessários.

Por fim, para ciência da empresa impugnante

Araruna, 18 de junho de 2025.

Gustavo França dos Santos Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

CREDENCIAMENTO - INEXIGIBILIDADE 19.2025

RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO

ento ao disposto na Lei 14.133/2021, no art. 17, V. art. 62, 63 e 65 e item 3 do



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 74/2025

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Face ao constante destes autos de procedimento licitatório acima citado do tipo menor preço Unitário, e expirado o prazo recursal, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no inc. VII do art. 17 da lei 14.133/2021.

Assim, adjudico o objeto do Pregão conforme segue:

FORNECEDOR: CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALRES LTDA CNPI: 32.743.242/0001-61

Valor Total: RS.3.588,00 (três mil, quinhentos e oitenta e oito reais).

FORNECEDOR: CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA CMPI: 39 610.184/0001-47
Valor Total: 3.834,00 (três mil, oitocentos e trinta e quatro reais).

FORNECEDOR: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA

CNPI: 24.586.988/0001-80

Valor Total: 31.502,25 (trinta e um mil, quinhentos e dois reais e vinte e cinco centavos).

FORNECEDOR: CIRURGICA PARANAVAI LTDA
CNPP. 30.766.874/0001-15
Valor Total: 15.467,40 (quinze mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).

FORNECEDOR: GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPI: 34.620.735/0001-30

Valor Total: 43.700,00 (quarenta e três mil e setecentos reais).

NECEDOR: LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

FORNECEDOR: LÍDER DISTRIBUIDORA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPI: 38.170.314/0001-05

Valor Total: 1.083,00 (um mil e oitenta e três reais).



ARARUNA - PARANÁ

CNPJ: 52.179.963/0001-06

Valor Total: 3.162,97 (três mil, cento e sessenta e dois reais e noventa e sete centavos) FORNECEDOR: MUNDO CIRURGICO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

FORNECEDOR: LOGMEDI COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 06.076.334/0001-25

Valor Total: 218.224,30 (duzentos e dezoito mil, duzentos e vinte e quatro reais e trinta cen

FORNECEDOR: PLENA MEDICA HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 29.032.903/0001-36

Valor Total: 39.218,00 (trinta e nove mil, duzentos e dezoito reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 385.716,24 (trezentos e oitenta e cinco mil, setecentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos)

Araruna. 18 de iunho de 2025

Gustavo França dos Santos



da lei 14.133/2021.

Assim, adjudico o objeto do Pregão conforme segue:

CNPJ: 47.093.889/0001-62
Valor Total: R\$. 94.400,00 (noventa e quatro mil e quatrocentos reais).

CEDOR: OSMAEL TEIXEIRA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

constante destes autos de procedimento licitatório acima citado do tipo menor preço Unitário, lo o prazo recursal, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no inc. VII do art. 17





Romilda Aparecida Colli dos Santos Presidente CPL



A Comissão de Licitação da PREFETURA MUNICIPAL DE ARABUNA, no exercicio das artibuições que lhe confere a portaria 061-2025, toma público para quem possa interessar, que far artellara Renuilo para recebiemend de propostas de preço e documentação de habilitação, conforme especificado no Edital Modalidade

AVISO DE LICITAÇÃO NOVA DATA PARA ABERTURA

ABERTURA: às 09:00. do dia 07 de Julho de 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

• A íntegra do edital, bem

Romilda A. Colli dos Santos PREGOEIRA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

AVISO DE LICITAÇÃO NOVA DATA PARA ABERTURA



CONCORRÊNCIA ELETRONICA № 005/2025

A Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA, no exercício das atribuições que lhe confere a portaria **061-2025**, torna público para quem possa interessar, que fará realizar Reunão para recebimento de propostas de preço e documentação de habilitação, conforme específicado no Edital Modalidade Concorrência Eletrônica:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a finalização da obra de construção da Escola Municipal Mario Miguez de Mello Filho, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE. Termo de Compromisso PAR n º - 32847/2014.

TIPO: MENOR PRECO GLOBAL

ENCERRAMENTO: até às 13:30. Do dia 07 de Julho de 2025.

A íntegra do edital, bem como anexos e proposta eletrônica, encontram-se disponíveis para download no site: www.araruna.pr.gov.br, BNC,

Araruna, 18 de Junho de 2025.

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 377.600,00 (trezentos e setenta e sete mil e

FERIADO. Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv) intensifica o policiamento nas rodovias estaduais durante o feriado prolongado de Corpus Christi a partir da meia-noite desta quinta-feira (19). Já a Polícia Rodoviária Federal (PRF) começou na quarta (18) a Operação Corpus Christi 2025

ESTRADAS FEDERAIS E ESTADUAIS DO PARANÁ COM POLICIAMENTO REFORÇADO

EQUIPE CORREIO

O Batalhão Polícia Rodoviária intensifica (BPRv) o policiamento nas rodovias estaduais durante o feriado prolongado de Corpus Christi a partir da meia-noite desta quinta-feira (19). Haverá reforço policial com foco na fiscalização de veículos e condutores.

A ação contará com operações utilizando radares portáteis para coibir o excesso de velocidade, além da realização de testes etilométricos durante as abordagens. Um dos principais objetivos é combater a embriaguez ao volante.

As equipes especializadas, como o Canil e a Rondas Ostensivas cas Metropolitanas, também serão empregadas estrategicamente ao longo do feriado, atuando em



apoio às atividades de fiscalização.

O BPRv orienta os usuários a dirigirem com cautela, respeitarem os limites de velocidade e manterem a atenção quanto à manutenção básica e à documentação obrigatória dos veículos e condutores.

O BPRv possui Companhias seis situadas nos principais centros urbanos do Estado, como Curitiba, Londrina, Cascavel, Maringá, Ponta Grossa e Pato Branco. Além dos policiais militares rodoviários que trabalham diuturnamente nos 50 postos cuidando de cerca de 12 mil quilômetros de rodovias, o BPRv conta também com equipes de policiamento preventivo, ostensivo e repressivo.

FEDERAIS

Com foco direcionado às condutas que matam no trânsito, como as ultrapassagens em locais proibidos e os atropelamentos de pedestres, a Operação Corpus Christi 2025 da Polícia Rodoviária Federal (PRF) iniciou nesta quartafeira (18), em todo o Paraná. Serão cinco dias de atividades operacionais até o próximo domingo

Dados dos primei-

ros cinco meses das rodovias federais do Paraná mostram aumento nas mortes em sinistros de trânsito, que subiram 15,4% em 2025 em comparação com 2024, totalizando 262 vidas perdidas neste ano. Os atropelamentos de pedestres cresceram 19,4%, enquanto as mortes em colisões frontais aumentaram 16% Esses números estão relacionados a comportamentos como excesso de velocidade, ultrapassagens indevidas e desatenção

Os objetivos da operação são reduzir a violência no trânsito, promover mobilidade nos corredores logísticos, potencializar ações de educação para o trânsito e intensificar ações que promovam a livre circulação durante todo o período da operação.

Além das condutas mortais, a PRF foca na mistura de bebida alcoólica e direção, as velocidades excessivas, o uso do celular, além de um cuidado especial com a utilização do cinto de segurança e dos dispositivos de retenção para crianças. Motociclistas também farão parte das fiscalizações.

que vão pegar a estrada no feriado de Corpus Christi devem manter atenção ao volante. A PRF orienta que condutores respeitem os limites de velocidade, evitem ultrapassagens proibidas e mantenham concentração na direção. (Reportagem: Redação e agências; Foto: PMPR)



RESOLUÇÃO Nº 05 /2025

O Conselho Municipal de Assistência Social do Municipio de Araruna, no uso de suas atribuições legais, no que line confere a lei Nº 1.965/2017 que altera o artigo 3º da lei nº 1.110/2002 alterada pela lei 1.837/2014 e em reunião realizada extraordinariamente em 08/6/2025 na ATA nº 05/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Espelho da Programação Nº4101700520250001, do Deputado Federal Luiz Nishlmori, Origem do Recursos Programa: Estruturação da Rede de Serviço do SUAS – Emenda Individual, Tipo: RP6, Ano.2025, N° 202528740002 — Ente Federado Indicado: UF/PR. Esfera Administrativa: Municipal, Ente Federado: Araruna, Beneficiário: Fundo Municipal de Assistência Social. CNPJ: 20.950.188/0001-16. Dados da Programação. N° 410170522025001. Funcional Programáção: 082455131219G0041 — GND 04 – Investimento no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), Total Programação Cadastrada, Dados da Unidade Socioassistêncial Beneficiaria, Razão Social de Unidade: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Tipo Privada CNPJ: 76.715.010001-75, Araruna, GDN 4 — Investimento R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), Total Programação Cadraruna, GDN 4 — Investimento R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais). Total Programaço para Unidade R\$ (Cinquenta mil reais), Endereço Rua Marciilo Dias, 551 — Centro, Araruna- Pr., Serviço Prestados pela Unidade: II — Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas familias, Endereço do Serviço: Rua Marciilo Dias, 551 — Centro, Araruna – Pr.



Art. 1º Aprovar o Espelho da Programação Nº 410170522025002, do Deputado Federal Ricardo Barros, Origem do Recursos Programs. Estruturação da Rede de Serviço do SUAS – Emenda Individual, Tipo. RP6, Ano 2025, N° 20225332008 – Ente Federado Indicado: URIPIR, Esfera Administrativa: Municipal, Ente Federado: Araruna, Beneficiário: Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ: 20.950.188/0001-46 – Dados da Programação: Nº 4011705052050002; Funcional Programática: 082455131219G0041 – GND 03 – Custeio no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil resis), Total Programado R\$ 100.000,00 (Cem mil resis), Stotal Programação Cadestrada, Dados da Unidade Socioassistêncial Beneficiaria, Razão Social de Unidade: Associação de País e Amigos dos Excepcionais, Tipo Privada CNPJ: 76.715.010/01-75. Araruna, GND 3 – Custeio no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil resis), Total Programado para Unidade R\$ 100.000,

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as d

Aline R. Vieira de Mattos Presidente do CMAS